

Clipping – Cuiabá/MT, 05 de maio 2011.

CNS realiza Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e sobre Judicialização em Saúde

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realiza em Brasília- DF, na Confederação Nacional dos Trabalhadores, no período de 28 a 30 de junho, o **Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e sobre Judicialização em Saúde**.

O Seminário de Serviço Civil em Saúde e Judicialização em Saúde contará com cerca de 700 participantes, conforme deliberação do Pleno do Conselho Nacional de Saúde.

Participam do evento membros do Conselho Nacional de Saúde, dos Conselhos Estaduais de Saúde, dos Conselhos Municipais de Saúde, Coordenadores de Plenárias, Ministério da Saúde, Conass, Conasems, Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de saúde, Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Câmara dos Deputados e Senado Federal, representantes dos estudantes, de usuários da saúde, de trabalhadores de saúde, Coordenadores da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Ministério Público da União, Supremo Tribunal Federal, Conselhos de Políticas Públicas, Controladoria Geral da União dentre outros.

Os participantes, incluindo os convidados deverão efetuar suas inscrições, direto no site do Seminário no [Formulário online](#). O prazo é até o dia 13 de maio de 2011.

As despesas com deslocamento e hospedagem devem ser custeadas por cada participante ou entidade.

TEMA: O planejamento do Conselho Nacional de Saúde para 2010/ 2012 aprovou as principais ações do Controle Social na Saúde para os próximos três anos. Nesse planejamento, os temas **Serviço Civil em Saúde e Judicialização** estão dentre as prioridades e debates do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O Serviço Civil em Saúde aponta para a qualificação de todos os profissionais graduados em Saúde no Sistema Único de Saúde, num processo de apoderamento e de conhecimento das realidades do Sistema em todo o país, bem como de possibilitar a população brasileira o acesso real ao leque de procedimentos multiprofissionais indispensáveis a implementação efetiva das ações de promoção, prevenção, recuperação e tratamento da saúde.

A judicialização da saúde por seu turno tem sido um dos mais graves problemas que afligem não somente os gestores nos três níveis de governo, mas a própria população e os profissionais, num processo que compromete o acesso aos serviços e o financiamento do sistema, promovendo desordem na estruturação da rede e dificultando sobremaneira o planejamento racional de gestores e equipes profissionais.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

O Seminário se propõe dessa maneira a de forma coletiva, ouvindo todos os atores envolvidos nos respectivos debates, construir propostas que dêem respostas no espaço mais curto de tempo, a questões que se acumularam de uma forma inaceitável, e que de fato está comprometendo a obediência aos princípios do SUS, como universalidade, integralidade, equidade e participação democrática.

É, portanto, em cumprimento ao planejamento aprovado, que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) realiza em Brasília- DF, na Confederação Nacional dos Trabalhadores, no período de 28 a 30 de junho, o **Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e sobre Judicialização em Saúde**.

Programação

Data: 28 a 30 de Junho de 2011

Local: Av. W 5 – SGAS 902, Bloco C - Auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC - Brasília/DF

Dia: 28 de Junho de 2011 Início: 8 horas Término: 19h

8h às 9h

Credenciamento

9h às 10h

Mesa de Abertura – Serviço Civil em Saúde

10h às 11h30

Mesa 1 – Serviço Civil em Saúde

11h30 às 13h

Debate Mesa 1

13h às 14h30min

Almoço

14h30min às 16h30

Mesa 2 – Proposta de Implementação do Serviço Civil em Saúde

16h30 as 19hs

Debate Mesa 2

Dia: 29 de Junho de 2011 Início: 9 horas Término: 12h

9h min às 12h

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

Plenária Final – Serviço Civil em Saúde

12h às 14h

Almoço

Dia: 29 de Junho de 2011 Início: 14 horas Término: 18h

14h às 14h30

Mesa de Abertura – Judicialização em Saúde

14h30 às 16h30

Mesa 3 – A Judicialização no Sistema Único de Saúde

16h30 às 18hs

Debate Mesa 3

Dia: 30 de Junho de 2011 Início: 9 horas Término: 13h

9h às 13h

Plenária Final – Judicialização em Saúde

http://conselho.saude.gov.br/web_scsjs/index.html

Notícias / **Ciência & Saúde**

04/05/2011 - 15:14

Padilha: Precisamos dar um novo salto nas relações entre União, estados e municípios

Agência Brasil

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, afirmou hoje (4) ter “plena consciência” da preocupação da sociedade brasileira em relação à saúde pública e que é preciso dar “um novo salto” nas relações entre União, estados e municípios.

Ao participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, ele destacou alguns objetivos considerados estratégicos pela pasta durante o governo Dilma Rousseff – entre eles, a redução da mortalidade materna por meio do programa Rede Cegonha e o enfrentamento de problemas como o alcoolismo, a obesidade e o consumo de drogas.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

“Além dos problemas tradicionais, temos novos problemas”, explicou. Segundo Padilha, o ministério pretende também elaborar um plano nacional para a redução de acidentes de trânsito, com ações que reforcem a chamada Lei Seca e que ofereçam estímulos financeiros a estados e municípios.

Outras estratégias, de acordo com o ministro, preveem o aprimoramento de mecanismos de execução direta, de controle de gastos e de combate aos desvios de recursos. “Não podemos dourar a pílula. Fiz questão de mostrar que 41% da população consideram a saúde brasileira como principal problema do país”, disse, durante o debate no Congresso Nacional.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Padilha Precisamos dar um novo salto nas relacoes entre Uniao estados e municipios&edt=34&id=175146](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Padilha_Precisamos_dar_um_novo_salto_nas_relacoes_entre_Uniao_estados_e_municipios&edt=34&id=175146)

Notícias / Ciência & Saúde

04/05/2011 - 22:13

O filho grita, mas o pai não ouve, diz Jayme sobre saúde em MT

De Brasília - Vinícius Tavares

O senador Jayme Campos (DEM/MT) mandou um recado “sutil” ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, com relação aos crônicos problemas para a distribuição dos recursos públicos da União aos estados e municípios. Padilha participou nesta quarta-feira (4), por mais de duas horas, de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, que é presidida pelo senador mato-grossense.

“Às vezes o filho grita, mas nem sempre o pai escuta”, disparou Campos ao lembrar da situação caótica que a saúde de Mato Grosso enfrenta e das poucas providências adotadas pelo governo federal para reduzir as desigualdades regionais.

Jayme Campos citou o alcoolismo com um dos problemas mais sérios enfrentados no Estado, onde, segundo o senador, o consumo de bebida alcoólica teve um aumento de 18% no último ano.

Campos chamou a atenção do ministro para a falta de médicos em 56 dos 141 municípios mato-grossenses e destacou que estados como Mato Grosso, com grandes distâncias territoriais, enfrentam inúmeras dificuldades para atender as populações que vivem mais distantes das pequenas e médias cidades.

“Há municípios que ficam distantes cerca de 1600 quilômetros de Cuiabá. Em alguns casos, as pessoas andam mais de 700 quilômetros para encontrar uma ponte asfaltada. Há problemas de infra-estrutura que o ministério deveria relevar para poder enviar mais recursos”, alertou o presidente da CAS.

Questionado pelos senadores sobre diversos problemas a serem enfrentados pelos estados, Alexandre Padilha disse que o Ministério da Saúde vive um momento “decisivo” para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Padilha disse que conhece a realidade vivida no interior dos estados por ter sido médico residente na região de Santarém, no Pará. “Ser ministro da saúde é o maior desafio da minha vida”, revelou.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=O filho grita mas o pai nao ou ve diz Jayme sobre saude em MT&edt=34&id=175252](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=O_filho_grita_mas_o_pai_nao_ou_ve_diz_Jayme_sobre_saude_em_MT&edt=34&id=175252)

Notícias / Ciência & Saúde

03/05/2011 - 16:34

Henry acusa promotor de ameaçar servidores; Ministério Público reage

Da Redação - Julia Munhoz



Foto: Diário de Cuiabá

promotor Alexandre Guedes

O secretário de Saúde Pedro Henry (PP) se mostrou incomodado com as recentes intervenções do Ministério Público Estadual (MPE) com relação a distribuição de medicamentos e acusou o promotor de Justiça Alexandre Guedes de agir por motivações pessoais. Nesta semana o promotor teria visitado de ‘surpresa’ a Farmácia de Alto Custo e, segundo o progressista, ameaçado servidores.

“O promotor Alexandre Guedes ameaçou servidores. Ele não tinha direito de entrar sem mandado judicial. Aquilo lá (farmácia) não é a casa dele”, asseverou o secretário durante coletiva realizada na tarde desta terça-feira (3). A contrariedade foi tamanha que ele diz ter protocolado representação contra o promotor na Procuradoria Geral do Estado (PGE) por suposto abuso de poder.

Henry ressaltou ainda que irá se reunir na tarde de hoje com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rubens de Oliveira, o procurador geral do Estado, Jenz Prochnow, e o auditor geral, José Alves Pereira, para que haja um ‘acordo’ entre os poderes.

Segundo o secretário, Alexandre Guedes exigiu dos servidores da Farmácia de Alto Custo para entrar no local com uma máquina fotográfica sem mandado judicial, inclusive, sob ameaça de prisão das servidoras.

Outro Lado

O promotor Alexandre Guedes lamentou as declarações do secretário e se limitou a lembrá-lo de que o MP tem autorização para entrar em qualquer repartição pública sem autorização judicial.

“Lamento que estejamos perdendo tempo com essa discussão quando a população sofre por falta de medicamentos. Por um lado falta remédios e por outro muitos medicamentos estão sendo incinerados”, disse o promotor em entrevista ao **Olhar Direto**.

Sobre as acusações de que estaria agindo com motivações pessoais, Guedes pontuou que está à frente da promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, da Comarca de

Cuiabá, há seis anos e nunca teve qualquer tipo de problema com secretários de Saúde, seja Estadual ou Municipal.

“E nunca foi proibida entrada do Ministério Público em qualquer lugar. Ele (Henry) precisa esclarecer o porque o MP não pode entrar na Farmácia de alto Custo”, finalizou.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry acusa promotor de amear servidores Ministerio Publico reage&edt=34&id=175019](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Henry+acusa+promotor+de+ameacar+servidores+Ministerio+Publico+reage&edt=34&id=175019)

Notícias / Cidades

04/05/2011 - 15:29

Remédios estão vencidos há 2 anos com 1.912 pacientes sem tratamento

Da Redação - Julia Munhoz

A Secretaria de Estado e Saúde acumula 1.912 processos de pacientes que buscam na justiça o direito ao tratamento. Desses, apenas 771 foram atendidos e, em contrapartida, o secretário Pedro Henry realiza cotação de preço para contratar uma empresa que ficará responsável pela incineração de mais de 20 mil medicamentos vencidos. Segundo ele, alguns dos remédios, maioria de alto custo, já passaram do prazo de validade há dois anos.

Sob a eminente ameaça de ser preso a qualquer momento, caso não cumpra as decisões judiciais, o secretário afirmou que busca uma interação entre os poderes na tentativa de solucionar a problemática que agrava ainda mais a crise instalada na saúde pública de Mato Grosso.

“São várias liminares me ameaçando de prisão como se eu não quisesse cumprir. Vou conversar com o Poder Judiciário para termos maior tempo de atender essa demanda de processos e acabar com isso”, declarou Henry, que informou ainda realizar mudanças na plataforma de aquisição dos medicamentos.

De acordo com o progressista, será elaborada uma listagem dos medicamentos solicitados em 2010 e neste ano. Após o levantamento a pasta realizará a licitação de aproximadamente 1.200 produtos, que serão disponibilizados conforme a necessidade dos pacientes. “Assim saímos da exposição que uma liminar nos coloca”, afirmou.

Para que o novo processo de aquisição dos medicamentos seja colocado em prática, Pedro Henry irá solicitar cerca de 60 dias de ‘trégua’ ao Judiciário até que a demanda dos remédios solicitados a secretaria seja organizada e, assim, encerre-se o ciclo de ações judiciais.

[http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Remedios estao vencidos ha 2 anos com 1912 pacientes sem tratamento&edt=25&id=175195](http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Remedios%20estao%20vencidos%20ha%202%20anos%20com%201912%20pacientes%20sem%20tratamento&edt=25&id=175195)

Notícias / Política MT

05/05/2011 - 09:03

AMMP: acusações de Henry revelam distúrbio emocional

Da Redação - Julia Munhoz

A ‘briga’ entre o secretário de Saúde de Mato Grosso, Pedro Henry, e o promotor de Justiça Alexandre Guedes parece estar longe de ‘um final feliz’. Isso porque a Associação Mato-grossense do Ministério Público (AMMP) emitiu nota de repúdio alegando que as acusações do progressista contra o representante do MP revelam distúrbio emocional e a resistência que Henry tem contra a instituição por causa de seu suposto envolvimento nos escândalos das sanguessugas e do mensalão, nos quais figura como réu.

No início desta semana Henry acusou Guedes de abuso de poder, pois ele teria ‘visitado’ a Farmácia de Alto Custo, gerenciada pela pasta, sem mandado judicial. A inspeção in loco comandada pelo promotor faz parte de um inquérito civil instaurado pelo MP para investigar de quem seria a responsabilidade dos mais de 20 mil quilos de medicamentos que serão incinerados por estarem com a data de validade vencida.

A associação defendeu a atitude do promotor ressaltando que Guedes agiu em plena conformidade ao Princípio da Legalidade e no estrito cumprimento de seu dever funcional, após os servidores serem impedidos de entrar na farmácia.

Confira a nota na íntegra:

A ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO (AMMP) vem a público REPUDIAR a atitude do Sr. Pedro Henry, secretário de estado de saúde de Mato Grosso, ao se valer do sítio eletrônico da Secretaria de Saúde de Mato Grosso (www.saude.mt.gov.br) e da mídia em geral para, levemente, imputar ao Excelentíssimo promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, a prática de abuso de poder e atentar contra a honra do membro do Ministério Público, irrogando-lhe ofensas de ordem moral;

A lamentável atitude do r. secretário passou a ser adotada após uma inspeção in loco, promovida pelo promotor de Justiça na Farmácia de Alto Custo da Secretaria de Saúde do estado, visando conferir a data de validade dos medicamentos ali existentes;

É fato público e notório que a Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso vai queimar duas toneladas de medicamentos que estão com validade vencida. O produto está armazenado no almoxarifado da Central de Assistência Farmacêutica (CAF) e deveria ter sido distribuído aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), dentro do prazo de validade;

Tomando conhecimento do ocorrido, o Ministério Público de Mato Grosso, por meio da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Cuiabá/MT, instaurou Inquérito Civil para apurar a responsabilidade por tal descabimento administrativo e prevenir que outros incidentes dessa natureza não voltem a ocorrer;

Conforme dispõem os artigos 127 e 129 da Constituição Federal e o artigo 26, I, da Lei n. 8.625/1993, é poder-dever do promotor de Justiça, no exercício de suas funções, promover inspeções e diligências investigatórias para instruir Inquérito Civil;

Assim, considerando que a saúde pública é um direito fundamental (artigos 6º e 197 da Constituição Federal), incumbe ao promotor de Justiça fiscalizar a prestação de serviços de tamanha relevância para o interesse social;

Conforme se infere dos fatos, contrariamente ao injusto e reprovável ataque exarado pelo senhor secretário de saúde, o eminente promotor de Justiça, Dr. Alexandre de Matos Guedes, agiu em plena conformidade ao Princípio da Legalidade e no estrito cumprimento de seu dever funcional, após recusa de acesso de servidores do MP ao CAF. Respalado na independência funcional, e cumprindo seu dever de zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição, inspecionou a farmácia de alto custo com a finalidade de coletar dados instrutórios para o respectivo Inquérito Civil;

Cumpra esclarecer que a atitude do Sr. Pedro Henry, esta sim reveladora de distúrbio emocional, apenas evidencia sua aversão à atuação do fiscal da lei. Vale lembrar que o mesmo figura como réu em processos por meio dos quais é formalmente acusado de vários crimes como formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, tendo se notabilizado nacionalmente pelo suposto envolvimento nos escândalos das sanguessugas - de compra superfaturada de ambulâncias -, sendo um dos 39 réus do mensalão, condição da qual, possivelmente, advém seu ressentimento com a atuação rígida do Ministério Público em prol da sociedade;

Ante o exposto, a ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO-AMMP - reafirma seu irrestrito apoio ao Promotor de Justiça insultado, disponibilizando-lhe meios para buscar a reparação cível e penal contra seu agressor, ao tempo que REPUDIA qualquer ataque e insinuação contra o valoroso promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes e deixa consignado que os membros do Ministério Público jamais se intimidarão diante de investidas que tentem impedir o cumprimento de seu papel em defesa da sociedade mato-grossense.

http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=AMMP_acusacoes_de_Henry_revelam_disturbio_emocional&id=175310

Saúde Pública | 04/05/2011 - 19:56

Homem forte de Galindo, Lamartine assume hospital

Patrícia Sanches



Após as denúncias feitas pelo Ministério Público, o secretário de Governo Lamartine Godoy foi destacado pelo prefeito de Cuiabá Chico Galindo (PTB) para comandar o pronto-socorro. A ideia é implementar mudanças no hospital, que possam melhorar a imagem do local, desgastada devido às revelações da existência de um suposto esquema de venda de lugares na fila do SUS.

Lamartine, que é tido como o homem forte de Galindo, integra uma comissão gestora que vai dirigir a unidade de saúde. O anúncio foi feito nesta quarta (4) pelo secretário municipal de Saúde, Antonio Pires. Também fazem parte do grupo, o

secretário adjunto de assistência da SMS, Euze Carvalho, o médico Huark Correia e a ouvidora Adriana Venturoso.

A nomeação da comissão foi necessária porque após as denúncias do MP, Galindo afastou o diretor do pronto-socorro Jair Gimenez Marra, acusado de prevaricação por ter

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

feito “vistas grossas” para o esquema. Segundo o promotor Arnaldo Justino da Silva, autor da denúncia contra 6 servidores, entre eles médicos, gesseiros e um um instrumentalista cirúrgico, a diretoria não recebeu qualquer tipo de vantagem, mas também não implementou medidas para evitar que as irregularidades acontecessem. Foram acionados ainda pelo promotor 3 supostos beneficiados pelas fraudes ao sistema de regulação.

Além de afastar Jair, Galindo determinou que a Corregedoria instaure um procedimento investigatório para avaliar a conduta dos servidores acusados, além do afastamento dos mesmos. Paralelo a esse problema, a comissão gestora terá que se dedicar juntamente com Pires a solucionar os problemas estruturais da unidade de saúde, que vieram à tona com a divulgação de imagens do hospital.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/homem-forte-de-galindo-lamartine-assume-hospital>

[VÁRZEA GRANDE](#) | 04/05/2011 - 16:09

Não tenho dinheiro, diz Henry sobre verba ao pronto-socorro

Laura Nabuco

O secretário estadual de Saúde, Pedro Henry, desmentiu as declarações do vice-prefeito de Várzea Grande, Tião da Zaeli (PR), e afirmou que não poderá atender ao pedido do republicano em conceder um incremento de R\$ 400 mil, durante dois meses, na verba repassada pelo governo ao Pronto-Socorro de Várzea Grande (PSVG). "Eu não posso atendê-lo, porque não estaria sendo justo com o restante dos municípios do Estado", explica Henry.

A verba a mais já era contabilizada pelo vice-prefeito como uma ajuda para "pôr a casa em ordem". Na última segunda (2), quando apresentava o novo secretariado, Tião chegou a anunciar que Henry disponibilizaria o recurso. O republicano teceu duras críticas ao Governo na ocasião. Segundo ele, a cidade estaria sendo prejudicada pelo Estado, que não se pronunciou boa parte das vezes em que foi procurado.

A justificativa de Henry é que o atendimento de urgência e emergência é uma atribuição da prefeitura e não do Estado. "Se eu atendê-lo, terei que atender todos os demais municípios. Não tenho capacidade financeira para isso", afirma. O secretário destaca ainda que já faz um repasse mensal de R\$ 1,2 milhão para Várzea Grande devido ao atendimento que o pronto-socorro presta para pacientes de outras cidades que vêm buscar assistência médica na Capital e região metropolitana.

<http://www.rdnnews.com.br/noticia/nao-tenho-dinheiro-diz-henry-sobre-verba-ao-pronto-socorro>

INVESTIGAÇÃO | 04/05/2011 - 15:53

CRM abre sindicância contra médicos e se reúne com secretários

Patrícia Sanches



O Conselho Regional de Medicina (CRM) instaurou uma sindicância para apurar a conduta dos médicos que participariam de um esquema de venda de lugar na fila do SUS, além de oferecerem procedimentos cirúrgicos no sistema privado para pacientes internados no Pronto-Socorro de Cuiabá. Conforme a presidente do conselho, Dalva Alves das Neves, foi destacado um conselheiro para ouvir os envolvidos e suas testemunhas.

Ele tem um prazo de 30 a 60 dias para apresentar um relatório em que apontará ou não a existência de indícios de má conduta por parte dos médicos. “Não vou revelar o nome do conselheiro, porque corre sob segredo de Justiça”, pontuou Dalva.

A avaliação será submetida a uma câmara composta por 7 conselheiros, que decidirão se deve ou não ser aberta uma Ação Ética Profissional. Neste caso, após mais uma rodada de depoimentos, o Pleno do CRM aprecia o caso, podendo punir os profissionais com penas que variam desde uma advertência até a cassação do registro dos médicos.

A instauração da sindicância ocorre alguns dias após o Ministério Público oferecer denúncia contra 6 servidores e 3 beneficiados pelo suposto esquema. Entre os acusados estão os médicos Médico Murilo Sant’Ana Barros e Marcos Benedito Corrêa Gabriel.

Conforme o promotor Arnaldo Justino da Silva, autor da denúncia, o esquema que também envolvia gesseiros e um instrumentalista cirúrgico, fraudava o sistema de regulação, sendo que o preço variava de R\$ 300 a R\$ 1 mil. O membro do MP revelou ainda que conforme as investigações, que são amparadas por depoimentos e escutas telefônicas, também foram identificados casos em que médicos ofereciam a possibilidade de realizar o procedimento pela rede particular, num valor médio de R\$ 3 mil.

Diante da situação, nesta terça (3), o prefeito de Cuiabá Chico Galindo (PTB) determinou que a Corregedoria do Município instaure um procedimento investigatório para apurar as responsabilidades dos servidores pronto-socorro no suposto esquema. Ele determinou ainda que todos sejam afastados preventivamente. “O pronto-socorro tem que tomar providências. Não pode ficar só com o médico que está na ponta”, reclama Dalva.

Reunião

Um dia após a denúncia do MP, foram divulgados vídeos relativos à falta de estrutura da unidade de saúde e, por isso, o CRM está convocando uma reunião com os secretários de Cuiabá, Antonio Pires, de Várzea Grande, Willian Caetano, de Rondonópolis, Valdecir Feltrin, além do estadual Pedro Henry para debater o caos do setor nesses municípios. “Vamos oficializar o convite para todos. Tem até esgoto na UTI do pronto-socorro”, reclama.

http://www.rdnews.com.br/noticia/crm-abre-sindicancia-e-se-reune-com-varios-secretarios-de-saude#Scene_1

[Câmara de Cuiabá](#) | 04/05/2011 - 10:48

Após denúncias, Toninho quer pôr painel em pronto-socorro

Patrícia Sanches

Em meio à onda de denúncias envolvendo servidores do pronto-socorro de Cuiabá, o vereador Toninho de Souza (PDT) cobrou a instalação de uma espécie de painel da transparência. A proposta, segundo ele, foi sugerida pelo coordenador do Gaeco, Paulo Prado, e tem como objetivo obter mais controle sobre os médicos plantonistas e a lista com os nomes dos pacientes a espera de cirurgia e os de que já foram operados. “Espero contar com apoio de meus pares para que o projeto seja aprovado e o painel instalado o mais breve possível”, ponderou Toninho.

O pedetista pondera que o painel pode ser colocado na recepção, evitando que médicos e outros funcionários da secretaria de Saúde consigam manipular a ordem como foi detectado pelas investigações conduzidas pelo Gaeco. Nesta segunda (2), o Ministério Público ofereceu denúncia contra 6 servidores e 3 beneficiados pelo esquema de venda de lugares na fila.

Conforme o promotor Arnaldo Justino da Silva, a fraude era facilitada porque não existe nenhum rigor no controle na fila das pessoas. O preço médio pago para burlar o sistema de regulação variava de R\$ 300 a R\$ 1 mil. O pedetista é membro da comissão

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

de Saúde da Câmara, por isso, também cobrou a reativação da Sala do Vereador no Pronto-Socorro.

A ideia é que os vereadores voltem a dar plantão uma vez por semana no local, desativado em 2009, quando a unidade de saúde foi reformada. De acordo com Toninho, na época em que os parlamentares davam plantão no local, já existiam denúncias relativas à venda de vagas dentro da unidade. “Cheguei a denunciar esse esquema, mas não deram ouvido para algo que muita gente tinha conhecimento ou no mínimo, suspeitava”, reforçou.

<http://www.rdnnews.com.br/noticia/apos-denuncias-toninho-quer-por-painel-em-pronto-socorro>

WEB TV | 04/05/2011 - 08:09

"Fui amarrada", afirma jovem sobre internação no Adauto

Rozane Ribeiro

“Fiquei amarrada e as marcas estão aqui para provar”. Esta afirmação é de uma jovem que ficou internada por 15 dias no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho. Segundo as declarações da ex-paciente, profissionais de saúde estariam no local apenas para cumprir o horário. A sensação descrita por ela e repetida pelos demais pacientes é uma só: uma prisão. Assista a matéria completa exibida no RDTV desta quarta-feira (4).

<http://www.rdnnews.com.br/noticia/fui-amarrada-afirma-jovem-sobre-internacao-no-adauto>

WEB TV | 04/05/2011 - 08:05

Paciente diz que foi agredida e quase morta no Adauto Botelho

Rozane Ribeiro

Confira no RDTV dessa quarta (4) revelações de uma ex-paciente do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, que afirma ter sido agredida por uma enfermeira e quase morta por outra paciente. Entre as denúncias, também está o fato de que a unidade ao receber um enfermo não realizaria qualquer tipo de triagem. O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry, confirma que a situação é desumana e se compromete a dar

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

prioridade para reverter o quadro em que se encontra a unidade hospitalar. Para assistir esta matéria acesse o link acima.

<http://www.rdnews.com.br/noticia/paciente-diz-que-foi-agredida-e-quase-morta-no-adauto-botelho>

Saúde Pública | 03/05/2011 - 18:15

Secretário culpa empresa por remédios vencidos no Estado

Laura Nabuco



O secretário estadual de Saúde, Pedro Henry (PP), jogou na empresa UniHealth a culpa pelo vencimento das 20 toneladas de medicamentos, que serão incinerados nas próximas semanas. Segundo ele, a empresa já vinha demonstrando sinais de desinteresse e seria a responsável pelo mau gerenciamento da Central de Assistência Farmacêutica. Henry afirma que chegou a negociar um novo contrato, reduzindo de R\$ 685 mil para R\$ 380 mil o valor que o Estado paga mensalmente pela prestação dos serviços. "Eu achei que com isso nós íamos caminhar de forma equilibrada e ter eficiência no processo. Infelizmente, isso não aconteceu", ressalta.

A UniHealth atua junto à secretaria há mais de três anos. A empresa é responsável por administrar o recebimento e a distribuição dos medicamentos adquiridos pela pasta para pacientes e unidades de saúde. O procedimento, contudo, é extremamente defasado, o que possibilitaria uma série de falhas como casos de medicamentos que não são retirados pelos pacientes que falecem durante o tratamento. "O procedimento é todo manual. Se uma receita se perde o remédio fica lá estocado. Estamos trabalhando com uma tecnologia de 20 anos atrás", reclama Henry.

Apesar das acusações, o secretário pondera que o Estado ainda apura, por meio de uma auditoria, outras possíveis causas do problema. Entre as suposições que Henry aponta está a compra de lotes inteiros de medicamento com o prazo de validade perto do fim ou a aquisição de uma quantidade superior à necessária. "Existem alguns casos que já comprovamos uma compra excessiva para o consumo dentro do prazo de validade e ninguém tomou a precaução de distribuir esse medicamento antes que ele vencesse. Vamos apurar a responsabilidade", garante.

**"Já comprovamos uma compra excessiva
para o consumo dentro do prazo de
validade e ninguém tomou precaução"**

Para solucionar o problema, o secretário afirma que pretende implantar no Estado a Farmácia Cidadã, adotada no Espírito Santo. "Nossos técnicos já conheceram o modelo, que é totalmente informatizado", afirma. No sistema, os dados dos pacientes que precisam de medicamentos específicos serão enviados pela internet para uma central que se responsabilizará pela entrega do produto. Além disso, a pasta conta com uma nova plataforma de compras, com o registro de preço de 1,2 mil produtos, que deve entrar em funcionamento em 60 dias.

Segundo Henry, o sistema deve ajudar a revolver o problema das liminares que chegam à secretaria solicitando medicamentos de alto custo. "Cada vez que chega um processo desse a secretaria fica exposta às regras de mercado", afirma, numa referência à urgência das compras, que passam a ser feitas sem processos licitatórios. Outro problema que poderia ser solucionado é o da demora nas aquisições de rotina. "O Estado não compra remédio nenhum em menos de 180 dias. Esta demanda de liminares é uma consequência desse tempo", reclama.

De acordo com um levantamento realizado pela secretaria, de novembro de 2010 a abril de 2011 foram concedidas 1912 liminares, sendo 891 para procedimentos cirúrgicos, internações e exames e 1021 para assistência farmacêutica. Enquanto 92 dessas ações ainda não foram iniciadas pela pasta, outras 3 mil estão ativas. Elas correspondem ao fornecimento mensal de medicamentos. Henry afirma ainda que pelo menos 20% dos remédios solicitados estão em falta na secretaria ou são distribuídos em pequenas parcelas.

http://www.rdnnews.com.br/noticia/secretario-culpa-empresa-por-remedios-vencidos-no-estado#Scene_1

Saúde Pública | 03/05/2011 - 16:09

Henry reage, começa "briga" e acusa promotor de perseguição

Patrícia Sanches e Laura Nabuco



O secretário estadual de Saúde Pedro Henry (PP) acusou o promotor Alexandre Guedes de incorrer em ato de abuso de autoridade e de persegui-lo com liminares devido a picuinhas pessoais. O progressista reforça que o membro do Ministério Público, por meio de ações na Justiça, já buscou até a prisão dele. “Como se eu não quisesse atender o que é solicitado”, reclama o secretário, que diz não ter medo de ir parar na cadeia por causa de possível descumprimento de decisões. “Tenho 55 anos e, por isso, já passei da época de ter medo”, desafiou.

As afirmações acontecem dias após os dois se desentenderem, depois que Guedes solicitou que funcionários do MP fossem até a coordenação da Central de Assistência Farmacêutica (CAF) para fotografar 20 toneladas de remédios vencidos, que vão ser incinerados. Na ocasião, segundo Henry, eles foram barrados porque tinham em mãos apenas um pedido de diligência e não uma decisão judicial, conforme é exigido. “Ele não tem o direito de entrar sem autorização. Aquilo lá não é a casa dele”, reagiu Henry.

Mesmo assegurando que trata-se de uma perseguição pessoal, o secretário não soube dizer a motivação. Ponderou apenas que poderia ser causada por seu combate a judicialização da Saúde em Mato Grosso. “Me parece que ele tem outras motivações, que não as legais. Porque ultrapassou os limites”, ataca.

Ele adianta que já protocolou um pedido de providências junto à Procuradoria Geral do Estado e que, nesta terça (3), se reúne com o presidente do Tribunal de Justiça Rubens de Oliveira, com o procurador-geral Jenz Prochenow Júnior e o auditor do Estado José Alves Pereira Filho para tentar resolver o impasse. “Eu não entendo porque o MP ao invés de ajudar, tenta dificultar”, alfineta.

http://www.rdnnews.com.br/noticia/henry-reage-comeca-briga-e-acusa-promotor-de-perseguiacao#Scene_1

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

[Saúde Pública](#) | 03/05/2011 - 17:24

Estou há 6 anos na Promotoria e isso não aconteceu, diz Guedes

Patrícia Sanches



O promotor de Justiça de Defesa da Cidadania Alexandre Guedes rebateu as acusações do secretário estadual de Saúde Pedro Henry de que ele estaria o perseguindo e garantiu que apenas cumpre o seu papel de agente fiscalizador. O membro do MP pontua que todas as suas ações têm como objetivo descobrir os motivos que levaram ao caos do sistema em Mato Grosso.

“Estou na promotoria há 6 anos, passei por vários secretários e isso jamais aconteceu”, afirmou Guedes, numa referência ao fato da sua equipe ter sido “barrada” na entrada da coordenadoria da Central de

Assistência Farmacêutica (CAF), quando foram fotografar 20 toneladas de remédios que vão ser incinerados pela pasta.

Conforme o membro do MP, a sua equipe sempre entrou em todos os órgãos públicos sem qualquer problema. Diferentemente do que disse Pedro Henry, Guedes ressalta que nestes casos não é necessário ter uma ordem judicial.

“A lei autoriza o MP a entrar em qualquer unidade pública”, reforça. Ele adianta que vai avaliar o relatório formulado pelos funcionários do MP, para decidir quais medidas serão tomadas. Nesta terça (3), durante coletiva, Henry acusou o membro do MP de perseguição e anunciou o pedido de providências contra ele.

Alexandre Guedes também contrapôs a informação de que solicitou a prisão de Henry, mas sim propôs várias ações em que solicita a aplicação de multas. “Eu não sou promotor criminal, quero saber porque tem medicamentos faltando”, afirma. Tentando minimizar o incidente, Guedes pondera que o seu principal foco não são discussões com o secretário, via imprensa, mas sim para atender as necessidades da população.

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

http://www.rdnews.com.br/noticia/estou-ha-6-anos-na-promotoria-e-isso-nao-aconteceu-diz-guedes#Scene_1

GERAL

Henry sente pressão e vai pedir fôlego ao TJ

PUBLICADO EM TUESDAY, 03 MAY 2011 20:54

REPORTAGEM DE CAMILA RIBEIRO



O secretário estadual de Saúde, Pedro Henry, em entrevista coletiva nesta terça (3), reafirmou a existência de falhas graves no controle de entrada e de saída de medicamentos de alto custo da pasta. Disse também que vai ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso pedir “fôlego” para trabalhar pela melhoria do setor que gere. A entrevista

também serviu para Henry explicar os possíveis motivos do desperdício de 20 mil quilos de medicamentos vencidos.

O secretário disse desconfiar que a maioria das compras foi realizada sem necessidade. Ele não soube expressar em valores quanto a falta de controle sobre os medicamentos custou aos cofres públicos, mas reconheceu que inexistente “planejamento” há anos. “Os processos com pedidos de medicamentos são guardados em envelopes com fichas totalmente manuais. Quando o medicamento chega ao Estado não há sequer um funcionário da pasta para acompanhar isso”, disse Henry.

Muitos medicamentos foram comprados por força de liminares. Um levantamento da secretaria destaca que nos últimos seis meses ocorreram 1.912 decisões judiciais em determinação à compra de medicamentos pelo Estado. Das 1.912 ações, 1.021 se referem a atendimento de assistência farmacêutica. Outras 891 dizem respeito a procedimentos hospitalares como, por exemplo, cirurgias, exames e instalação em hospitais.

O secretário apresentou os dados que vieram acompanhados de críticas à judicialização da Saúde. Para Henry, a Justiça esquece que a secretaria precisa de tempo hábil para atender as liminares. “Vou procurar ainda nesta terça-feira o presidente do Tribunal de

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

Justiça, desembargador Rubens de Oliveira, para explicar como as coisas estão acontecendo na secretária. Vou me dispor a discutir uma forma de organizar esses processos de forma a agilizar o atendimento”, destacou.

O secretário se diz otimista com a abertura do Hospital Metropolitano, que deverá estar em funcionamento nos próximos 45 dias. “Tenho certeza que a demanda vai diminuir com o tempo. Mas precisamos ganhar um fôlego para nos organizar”, frisou. O secretário deve visitar o Tribunal de Justiça de Mato Grosso acompanhado do auditor-geral do Estado, José Alves. Segundo Henry, há uma auditoria em andamento para reconhecer os reais motivos do desperdício dos remédios.

Acidez

Paralelamente à auditoria, o Ministério Público Estadual (MPE) promete investigar a fundo o caso. O promotor responsável pelo inquérito já aberto é Alexandre Guedes. O membro do MPE recebeu críticas ácidas do secretário. Para Henry, Guedes agiu com abuso de poder ao entrar no estoque de medicamentos sem autorização judicial. Guedes afirma que segue prerrogativas para realizar a investigação e considera ser um absurdo o desperdício de medicamentos sendo que à falta dos produtos na Farmácia Estadual de Alto Custo.

Da redação

<http://www.circuitomt.com.br/noticias/geral/912-henry-sente-pressão-e-vai-pedir-fôlego-ao-tj.html>

GERAL

'Superdroga' pode combater AIDS e malária ao mesmo tempo

PUBLICADO EM THURSDAY, 05 MAY 2011 12:13

REPORTAGEM DE ADRIANA NASCIMENTO

Dois grandes inimigos humanos: o HIV, vírus que causa a AIDS e mata dois milhões de pessoas por ano no mundo, e a malária, propagação de parasitas difundida por mosquitos, que infecta 225 milhões de pessoas e mata 781 mil por ano.

A AIDS tem devastado nossa espécie desde que se espalhou de macacos meros 40 anos atrás. A malária tem sido um “pé no saco” por tanto tempo, que nossos corpos até evoluíram formas de combatê-la.

Os dois assassinos, novo e velho, têm algumas semelhanças moleculares. Devido a isso, novas pesquisas estão desenvolvendo uma “superdroga” que poderá combater as duas doenças de uma vez.

Essa droga é inibidora da protease do HIV, um medicamento que os cientistas projetaram especificamente para tratar o HIV. Proteases são enzimas que cortam as proteínas em sua forma correta, permitindo que se tornem ativas.

Inibidores da protease do HIV impedem o vírus HIV de fazer esse trabalho. Assim, as proteínas do HIV permanecem intactas e inativas, e as unidades de HIV, chamadas vírions, não podem criar novos vírions.

O corpo possui mecanismos naturais para matar os vírions do HIV, mas só consegue matar um certo número ao mesmo tempo; quando a droga impede a replicação do vírus, mantém a população de células do HIV a um nível que o corpo consegue lidar.

Segundo os pesquisadores, os inibidores da protease do HIV estão em uso clínico agora e são uma droga líder. Eles mudaram completamente a face do tratamento do HIV nos últimos anos: graças a esse medicamento, as pessoas não morrem mais de AIDS.

Ao longo dos últimos anos, alguns pesquisadores descobriram que a droga também tem propriedades anti-malária. Eles acreditam que os inibidores da protease do HIV também desligam uma protease presente no parasita da malária.

Um estudo descobriu que as drogas anti-HIV impedem que o parasita se replique em ratos. Nenhum teste foi realizado em humanos, mas os resultados iniciais em ratos fazem pesquisadores defenderem o uso exclusivo de inibidores de protease para o tratamento do HIV na África.

Segundo eles, na África, onde o HIV e a malária se sobrepõem muito, as drogas anti-HIV funcionam, inibindo as duas doenças ao mesmo tempo. No momento, os inibidores da protease só são úteis para combater a malária em pessoas que já têm o HIV.

Eles são mais tóxicos do que muitos dos medicamentos usados para combater a malária por si só, e assim não seria um remédio dado a uma pessoa apenas para tratar a malária. Mas, se os inibidores da protease puderem ser ajustados para serem menos tóxicos, se tornam viáveis como remédio apenas contra malária.

E quando isso acontecer, vai ser uma arma útil contra a doença, porque a malária desenvolve rapidamente imunidade a medicamentos anti-malária. Novas drogas são sempre extremamente necessárias.

No entanto, a fim de desenvolver uma droga anti-malária baseada na droga anti-HIV, a protease específica da malária que é alvo de inibidores da protease do HIV deve ser encontrada.

Até agora, os cientistas têm reduzido a classe de proteases que podem conter a protease alvo, mas não acharam a específica. Por causa do ciclo de vida complicado da malária, e seu genoma incomum, é muito difícil expressar as proteínas da doença em laboratório, o que torna o trabalho lento.

Contudo, a resposta pode ter acabado de chegar. Cientistas britânicos podem ter encontrado uma protease inibida pelo inibidor da protease do HIV no parasita *Leishmania*, um parente da malária.

Embora a protease, chamada Ddi 1, não tenha sido identificada nos casos de malária, os pesquisadores acreditam que pode muito bem ser a protease alvo que todos procuram. E quando ela for encontrada, a “droga maravilha” anti-HIV pode ser reformulada para fazer maravilhas contra a malária também.

<http://www.circuitomt.com.br/noticias/geral/942-superdroga-pode-combater-aids-e-malária-ao-mesmo-tempo.html>

Cidades

Quinta, 05 de maio de 2011, 12h00

RAIO-X

Comissão vai apresentar relatório do PS

Da Redação GD

A comissão formada por 4 gestores nomeados para comandar provisoriamente o Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá iniciou os trabalhos e, em 15 dias, vai apresentar um relatório sobre a situação da unidade. A informação é de Lamartine Godoy. A comissão é composta ainda por Euze Carvalho, Huark Correia, Adriana Venturoso.

A equipe está fazendo levantamento dos medicamentos em estoque para que a unidade continue fornecendo normalmente os remédios aos pacientes; orientando a equipe para manter as instalações sempre limpas e se os equipamentos e aparelhos hospitalares estão com a manutenção em dia.

A comissão informou que os servidores do HPSMC irão continuar desempenhando os seus serviços e que devem contribuir também com a comissão gestora.

Esta comissão foi criada após o Ministério Público denunciar 8 servidores por envolvimento em um esquema de venda de cirurgias, furto de medicamentos e comercialização de receitas controladas. Os acusados foram afastados. (*Com Assessoria*)

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273746>

Cidades

Quinta, 05 de maio de 2011, 11h40

SAÚDE

MT notifica 5.730 casos de dengue

Da Redação GD

O Estado de Mato Grosso notificou, de 1º de janeiro até hoje, 5.730 casos de dengue. Desse total, 28 foram notificados como casos graves. Até o momento foram notificados 5 óbitos, sendo 4 confirmados e 1 em investigação. No mesmo período do ano passado, foram notificados 37.776 casos.

Os municípios em 2011 foram notificados em General Carneiro (1 caso confirmado), Pedra Preta (1 caso confirmado), Colíder (1 caso confirmado), Cuiabá (1 óbito em investigação), Torixoréu (1 confirmado).

Segundo o superintendente de vigilância em saúde, Oberdan Lira, o Estado de Mato Grosso mantém o alerta no monitoramento sobre o novo sorotipo da dengue, o DEN 4 que tem circulação em alguns Estado do País, porem em Mato Grosso ainda não se tem notificação de nenhum caso do novo sorotipo. O Estado estendeu o alerta aos 141 municípios. (*Com Assessoria*)

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273741>

Cidades

Quinta, 05 de maio de 2011, 04h00

CAOS NO PS DE CUIABÁ

Família denuncia que negligência provocou morte

[Caroline Rodrigues](#) / Da Redação

Familiares de um paciente de 53 anos acusam o Hospital e Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá (HPSMC) de negligência. O trabalhador da construção civil Herculano Sabino de Oliveira teria morrido devido a queda de uma maca. A denúncia acontece 2 dias depois do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco) indiciar 8 servidores por envolvimento em um esquema de venda de cirurgias, furto de medicamentos e comercialização de receitas controladas. Ainda esta semana, o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed) postou 4 vídeos na internet, mostrando o caos da falta de estrutura na unidade. As imagens são das infiltrações e do esgoto, que jorra pela pia da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neo-Natal. Também está retratada a inundação causada pela chuva no começo do ano, que provocou o desabamento do teto e atingiu a enfermaria.

O enteado de Herculano, Edson Oliveira, conta que ele passou mal no trabalho e foi socorrido por um dos filhos. Os primeiros socorros aconteceram na policlínica, onde foi diagnosticado o Acidente Vascular Cerebral (AVC), popular derrame cerebral.

Por determinação da direção da unidade, o paciente foi transferido para o Pronto-Socorro pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). A segurança do PS impediu a entrada de familiares e eles ficaram na portaria em busca de notícias.

A esposa de Herculano, Aldair Oliveira, pediu a ajuda para amigos que estavam na frente do prédio e tinham um parente internado. Eles relataram que Herculano ficou em uma maca, sem proteções laterais, no corredor. Como estava debilitado, ele moveu-se de maneira brusca e caiu. Em seguida, foi retirado às pressas pelos funcionários.

Uma das enfermeiras aconselhou os parentes a procurar no necrotério. Lá, a esposa teve a confirmação da morte do marido.

Família - Edson conta que a família está abalada com tudo que aconteceu. No velório, eles chegaram a acusar a administração do PS de assassinato. "Perdemos o alicerce de nossa família".

A revolta é grande e um boletim de ocorrência foi registrado na Polícia Civil. Os parentes querem que o fato seja apurado e os responsáveis penalizados.

Herculano era provedor da casa e a esposa está desesperada com a perda do companheiro. Eles asseguram que vão buscar todos os meios legais e recorrer à Justiça solicitando indenização. Além de Herculano, outras pessoas que precisam de atendimento são vítima da negligência. Edson relata que conseguiu falar com idosos e crianças que estão nos corredores à espera de atendimento.

Outro lado - A Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por meio da assessoria de imprensa, informou que os servidores do PS negam que Herculano tenha caído da maca.

A direção aguarda o laudo da necropsia para confirmar a causa morte e tomar as providências.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273702>

Cidades

Quinta, 05 de maio de 2011, 04h00

REMÉDIOS

R\$ 1 mi perdido por ano

[Caroline Rodrigues](#) / Da Redação

Cerca de R\$ 1 milhão é desperdiçado por ano pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) com a compra de medicamentos que acabam vencendo antes de chegar aos pacientes. De outubro de 2007 até dezembro de 2010, foram R\$ 3 milhões. Os números fazem parte do controle da empresa Unihelf, contratada pela SES para fazer a logística do setor, que inclui o recebimento e distribuição dos produtos nas unidades. A advogada da empresa, Meire Costa Marques, informa que o prejuízo é maior porque quando a Unihelf começou a atuar, já havia uma grande quantidade de medicamentos descartado.

Metade do prédio, localizado na avenida Fernando Corrêa da Costa, que é usado para armazenamento de produtos pelo governo do Estado, está ocupado com os produtos vencidos.

O risco de perda é comunicado pela empresa 180 dias antes da data limite para uso. A advogada da Unihelf, Meire Costa Marques explica que todos os ofícios encaminhados à SES estão arquivados. O trabalho tem o objetivo de oferecer tempo hábil à administração para providenciar a permuta com os municípios ou a troca do material nos laboratórios, o que não acontece, resultando na perda. A SES anunciou no começo do mês passado que 21 mil quilos de remédios serão incinerados devido ao vencimento.

No contrato firmado com o governo, a Unihelf é responsável por receber o material, que é comprado pela SES. A empresa também faz a distribuição para os hospitais regionais, conforme a necessidade, que é repassada pela secretaria.

Todo estoque é informado com precisão para os gestores, afirma a advogada, rebatendo a afirmação do secretário de Saúde, Pedro Henry. Ele anunciou na terça-feira (3) que não havia nenhum tipo de controle do que entra e sai da Central de Distribuição (CD), assegurando que a quantia declarada não condiz com a realidade.

O diretor de projetos da Unihelf, Valdo Alves, explica que a empresa atua em mais de 6 estados e ainda em Angola. O sistema utilizado está entre os mais confiáveis e avançados do mundo. Tudo é catalogado na entrada e na saída, sendo que em algumas unidades da Capital, como Adata Botelho, Farmácia de Alto Custo, Hemocentro e MT Laboratório, foi instalada uma extensão do sistema, chamado Unilog. Assim, a demanda é registrada pelos servidores e chega ao CD em tempo real. Isto permite que não haja falta de remédios, desde que eles estejam no estoque.

O sistema oferece ainda a sugestão de compra para o setor de aquisições da SES. Caso ele seja atendido, o gestor não corre o risco de comprar remédios acima da demanda.

Repactuação - No começo do ano, a empresa foi chamada para repactuação do contrato, antes avaliado em R\$ 680 mil, passou para R\$ 380 mil. A negociação, segundo Henry, aconteceu porque o preço era superior ao valor de mercado. A advogada explica que o valor foi reduzido porque algumas atribuições da empresa foram retiradas, como a manutenção dos prédios utilizados. Após o acordo, também houve redução da quantidade de funcionários devido a instalação de uma nova ferramenta tecnológica.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273692>

Cidades

Quinta, 05 de maio de 2011, 04h00

SAÚDE

Pedro Henry fala em descontrole

[Da Redação](#)

O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry, foi procurado pela reportagem. A assessoria de imprensa informou que ele está viajando e é o único autorizado a falar sobre o assunto. Na terça-feira (3), Henry disse que não havia controle no sistema de distribuição e mencionou a intenção de rescindir o contrato com a Unihelf, responsável pela distribuição.

Ele atribuiu parte da responsabilidade sobre a perda dos 21 mil quilos de medicamentos ao serviço da empresa. Na ocasião, Henry declarou que um relatório preliminar da auditoria do Estado informou a existência de vários problemas no setor de medicamentos.

Entre eles está a compra de medicamentos acima da demanda devido a falta de informações sobre a quantia disponível no estoque e também ao desvio de conduta de servidores, que dão preferência a laboratórios em troca de interesses pessoais.

Outra questão abordada pelo secretário foi a falta de controle dentro das unidades de saúde. Ele argumenta que após os medicamentos saírem do estoque não há nenhum relatório preciso da distribuição.

As deficiências do sistema de compra e distribuição foram apontadas como um dos motivos da judicialização da saúde. Nos últimos 6 meses, a SES recebeu 1.912 decisões liminares, sendo que 1.021 são para o fornecimento de remédios de alto custo, materiais hospitalares e alimentação especial.

A advogada da Unihelf, Meire Costa Marques, rebateu todas as acusações relativas à atuação da empresa e declarou que a Unihelf não pode ser responsável pela judicialização da saúde, pois ela tem a função de distribuir o que a SES compra. Quando não há o produto no estoque, não tem como atender a demanda. Um inquérito foi aberto pelo Ministério Público Estadual (MPE) para investigar o caso e de acordo com a advogada todos os relatórios estão disponíveis para apreciação do órgão. (CR)

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273693>

Cidades

Quarta, 04 de maio de 2011, 19h39

BATEU, LEVOU!

Henry é acusado de distorcer fatos

Caroline Rodrigues/Especial para o GD

A empresa Unihelf, contratada pela Secretaria de Estado de Saúde (SES) para fazer a distribuição de medicamento, rebate as acusações feitas pelo responsável pela pasta, Pedro Henry. A advogada Meire Costa Marques explica que a empresa comunica com 180 dias de antecedência o vencimento dos produtos. Ela esclarece ainda que o estoque opera com um sistema avançado e que todo material está relacionado e a disposição do órgão.

Quanto as falhas na distribuição, a empresa argumenta que faz o transporte conforme determinação da Saúde e não tem autonomia sobre a destinação após a entrega aos hospitais e demais unidades.

Na terça-feira (3), Henry anunciou que a perda de 21 mil quilos de medicamentos, que estão vencidos dentro dos estoques da SES, foi motivada por falhas na distribuição e ineficiência da Unihelf. Ele afirmou ainda que a administração tem interesse de rescindir o contrato.

De acordo com a representante da empresa, não há motivos para a atitude porque todas as atribuições descritas no documento são cumpridas. Ela relata ainda que existe um sistema de sugestão de compra dos remédios que estão em falta e de suspensão da aquisição dos produtos já existentes. A ferramenta tem o objetivo de evitar o desperdício.

Caso a sugestão fosse acatada pelo setor de aquisições da SES, não haveria a compra de produto acima da necessidade, que na avaliação do secretário, está entre os motivos do prejuízo.

<http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/materia/273623>

Cotidiano

Da Redação

CRM abre sindicância para investigar médicos denunciados por fraudes

Arquivo/FE



O CRM (Conselho Regional de Medicina) abriu uma sindicância para investigar os nove profissionais denunciados por cobrar propinas à pacientes na fila de espera do PSMC (Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá).

Médicos e instrumentadores cirúrgicos serão ouvidos por representantes do conselho, que apresentarão relatório de

investigação entre 30 e 60 dias.

Conforme a presidente do CRM, Dalva Alves das Neves, a comissão de análise é composta por sete conselheiros, que decidirão se caso será julgamento por uma ação ética profissional.

“Não vou revelar o nome do conselheiro, porque corre sob segredo de Justiça”, disse.

No caso de transferência de julgamentos a ação ética, os depoimentos dos envolvidos serão colhidos em uma segunda audiência. E poderão sofrer penas com cassação do registro profissional.

DENÚNCIA

O MPE (Ministério Público do Estado) havia denunciado na segunda-feira (2) nove pessoas entre médicos, gesseiros, instrumentadores cirúrgicos e beneficiários do SUS (Sistema único de Saúde).

Segundo o promotor de Justiça do Gaeco Arnaldo Justino da Silva, responsável pelas investigações, cobrava-se de R\$300 a R\$ 1,5 mil para que pacientes internados fosse passassem a frente de outros a espera de tratamento.

Além da reserva de vagas, os gesseiros rotineiramente vendiam anestésicos, xilocaína, morfina, adrenalina e diasepan roubados do PS. Ainda atestado médico falsos com valor entre R\$25 e R\$50.

Publicado em : 04/05/2011 às 17:52 Editado em: 04/05/2011 às 17:54

<http://www.folhadoestado.com.br/0,,Folha10782>

Cidades

Da Redação

Desperdício atinge R\$ 3,5 mi em Mato Grosso

Divulgação



No período de quatro anos e meio, aproximadamente R\$ 3,5 milhões de dinheiro público foram desperdiçados porque a Secretaria de Estado de Saúde (SES) não utilizou os medicamentos e insumos, deixando-os vencer. A informação é da Unihealth Logística Ltda, empresa contratada pela Secretaria de Saúde para dar logística da entrada e saída de remédios e insumos para abastecer os Hospitais Regionais, Hemocentro, Hospital Adauto Botelho e a Farmácia de Alto Custo. Entre os medicamentos e insumos vencidos há remédios de alto custo, soro, xarope, comprimidos, dentre outros. A empresa desconhece se o montante atinge as 20 toneladas, anunciadas pela SES.

Contudo, a quantidade de desperdício é ainda maior. Quando assumiu a gestão da logística de medicamentos da Secretaria de Estado de Saúde em outubro de 2007, a

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

Unihealth realizou um inventário do que havia no Centro de Distribuição da SES. “Havia cinco mil itens na época e um monte de medicamentos vencidos, mas não sabemos a quantidade e não tem como estimar o valor, não sabemos nem há quanto estão depositados no local”, explica a advogada da empresa, Meire da Costa Marques.

Diferente da afirmação da Secretaria de Saúde, Meire afirma que o Estado é avisado sistematicamente sobre o prazo de vencimento dos medicamentos. “Seis meses antes do fim da validade a Coordenadoria de Assistência Farmacêutica (CAF) da SES é avisada por meio de ofício sobre o vencimento próximo. A cópia do documento é encaminhado ao gabinete do secretário estadual de Saúde”, sustenta a advogada. O aviso ocorre 180, 90, 60 e 30 dias antes. “Mas não cabe a nós dar a destinação final”.

A empresa também é a responsável por avisar quando há falta de remédios nas unidades de saúde. “O Estado tem o controle das saídas e entradas, temos o software Unilog com servidor acondicionado no datacenter em São Paulo, o mesmo do Bradesco, Itaú e a Cielo. Temos um sistema altamente eficiente”, explica o gerente de projetos da Unihealth, Valdo Alves.

A advogada da Unihealth, Meire da Costa Marques, se diz surpresa com atitude do secretário em atribuir à empresa a culpa pelo vencimento de medicamentos. “Temos documentos provando nossos avisos de vencimento dos remédios. Prestamos serviços para os governos do Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantis e na Angola, na África. Nosso trabalho é sério e de alta tecnologia”, defende.

<http://www.folhadoestado.com.br/0,,Folha10789>

Política

Pedro Henry busca entendimento para reduzir judicialização da Saúde

04/05/2011 - 17h35

Da Redação

O secretário de Estado de Saúde, Pedro Henry, buscou diálogo e entendimento com o Poder Judiciário, no sentido de reduzir a judicialização da saúde, em encontro com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rubens de Oliveira, na tarde dessa terça-feira (03.05).

Pedro Henry, acompanhado pelo procurador-geral do Estado, Jenz Prochenow, pelo secretário auditor-geral do Estado, José Alves Pereira Filho, e pela assessora Jurídica da Saúde, Ana Carolina Vicente, fez uma explanação das dificuldades e deficiências da Pasta e das pretensões, soluções e mudanças que quer empregar, com o novo conceito de Gestão. Ele também pediu ao presidente do TJ/MT um olhar diferente para a Saúde, que requer, neste momento, tempo para implantação das mudanças necessárias e que vão melhorar o acesso do cidadão mato-grossense às ações e serviços de

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

Saúde nos pontos mais críticos, citando o da assistência farmacêutica (medicamentos de Alto Custo) e da assistência médico hospitalar.

As decisões judiciais (liminares), segundo o secretário, vêm aumentando a cada dia, fazendo com que a gestão fique concentrada no cumprimento, sem dando tempo para reorganizar a Rede de Serviços do SUS e implantar mudanças necessárias.

Segundo dados da Secretaria, de novembro de 2010 a abril de 2011 chegaram 1.912 decisões judiciais, deste total 891 no atendimento de procedimentos (cirurgias, leitos hospitalares e de UTIs, exames entre tantos outros) e de medicamentos 1.021. A média de recebimento de liminares/dia é de 10,6. Na Assistência Farmacêutica existem três mil ações com pacientes ativos (fornecimento mensal de medicamentos), por força de decisão judicial. "As liminares chegam porque o cidadão não está dentro da normalidade, conseguindo acesso. Hoje, o Sistema está ruim e falho. Tenho que apontar os problemas e também as soluções. Soluções já temos e estão sendo implantadas, só que preciso de tempo. Como gestor da Saúde não posso ficar de braços cruzados. Estou trabalhando para a melhoria da Rede de Assistência do Sistema Único de Saúde de Mato Grosso", disse ele. Os dados foram apresentados também nessa terça-feira à imprensa do Estado em coletiva concedida pelo secretário Pedro Henry.

Na área da Assistência Farmacêutica, Pedro Henry, explicou que já promoveu mudanças na gestão e implantou uma nova forma de aquisição de medicamentos, por sistema on-line (Plataforma Web) cujo os pregões são feitos na própria secretaria, o que já está ocasionando agilidade, maior concorrência e por consequência melhor preço. "Já patrocinei a compra de medicamentos de todos os itens que estão em falta na Farmácia de Alto Custo, neste momento de crise do desabastecimento. Agora estou estudando a melhor forma de implantar o Projeto Regionalizado chamado Farmácia Cidadã. Neste projeto o cidadão terá seu cadastro informatizado, e saberá onde e quando o seu medicamento estará disponível. Ele poderá acompanhar seu processo de casa via internet. Estaremos implantando nas cidades polos em saúde - pontos de redistribuição destes medicamentos - um projeto ousado e humanizado", disse o secretário.

Na Assistência Médico Hospitalar, as parcerias com o terceiro setor (OSS) está em pleno andamento. A assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde, para gerenciar o Hospital Metropolitano de Várzea Grande, permite a realização de 500 cirurgias mês, nas especialidades de traumatologia, cirurgias gerais e ortopedia, além de exames complexos. O Hospital entrará em funcionamento nos próximos 45 dias e em seu pleno funcionamento, em 90 dias. Na mesma linha, já com chamamento público em andamento para gerenciar o Hospital Regional de Rondonópolis, na sequência os demais hospitais do Estado (Cáceres, Colíder, Sorriso, Adauto Botelho). "Acredito que com estas ações em andamento, somadas com as que já estão planejadas e também com a organização das redes de serviços do SUS de forma hierarquizada e regionalizada, onde a SES vai estar formalizando contratualizações com os hospitais públicos, filantrópicos ou conveniados com o SUS, nas cidades polo em Saúde, com um único objetivo de aumentar a oferta de serviços para a população, estaremos amenizando os problemas da assistência médico hospitalar para a média e alta complexidade", disse Henry.

O secretário Pedro Henry disse que ficou satisfeito com o encontro, onde pôde expor as fragilidades e soluções da Pasta da Saúde, e que espera resposta positiva desse entendimento. “O que queremos é diálogo com o Poder Judiciário e com as instituições jurídicas constituídas como Ministério Público e Defensoria Pública. O presidente Rubens de Oliveira disse que vai nos dar uma resposta em breve. O Estado pode interagir com o Judiciário antes de uma ação virar uma liminar e o cidadão ser atendido dentro da Rede de Serviços que o SUS dispõe”, finalizou Pedro Henry.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=361435>

Cidades

Bloqueio de verbas permite realização de cirurgia em paciente com artrose

04/05/2011 - 16h56

Da Redação

Acometida por artrose em quadril direito, a dona de casa M.A.E.V. de 41 anos, que estava sentindo insuportáveis e intensas dores, buscou auxílio médico e diagnosticada a necessidade de ser submetida a uma cirurgia de antoplastia total de quadril direito com prótese de alta resistência, diante da gravidade do caso e da idade da paciente.

Por não possuir condições de arcar com o processo cirúrgico a moradora da cidade de Primavera do Leste (237 Km de Cuiabá) procurou a Defensoria Pública da Comarca para garantir o acesso constitucional à saúde.

O Núcleo da Defensoria Pública de Primavera do Leste tentou, sem sucesso, resolver a situação de maneira administrativa, entrando em contato com a Secretaria de Saúde Municipal.

“A Constituição Federal afirma que toda conduta de ente público que negar tratamento de saúde atenta contra a dignidade da pessoa humana. As questões orçamentárias não podem servir de obstáculos para o cumprimento das obrigações constitucionais, especialmente quando a omissão governamental resultar em impedimento do acesso a direitos assegurados”, defende o Coordenador do Núcleo Dr. Nelson Gonçalves de Souza Júnior.

Por não suportar o longo período de espera ao qual se é submetido quando está a mercê do serviço de saúde pública, a opção foi impetrar uma Ação de Obrigação de Fazer com pedido antecipado de Tutela para que o Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (que detém a coordenação regional estadual do Sistema Único de Saúde) viabilize a cirurgia e o tratamento necessário.

O juízo da Comarca concedeu a liminar pleiteada, porém a parte contrária, devidamente intimado e citado, não deu cumprimento à decisão, mesmo sendo apenado com multa diária de R\$ 10 mil. Ante a gravidade do estado de saúde da paciente, a Juíza de Direito Ana Paula da Veiga Carlota Miranda determinou, então, o imediato bloqueio da quantia de R\$ 55 mil das contas públicas, valor suficiente

para custear o tratamento da paciente em uma unidade de saúde particular.

“Não se pode esquecer que a finalidade da União, Estados e Municípios ao obterem recursos, para, em seguida, gastá-los sob a forma de obras, prestação de serviços, ou qualquer outra política pública, é exatamente realizar os objetivos fundamentais da Constituição Federal”, afirma Nelson Júnior.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=361427>

Política

Após mais uma crise, pronto-socorro será administrado por comissão

04/05/2011 - 16h15



Da Redação

O secretário de Saúde de Cuiabá, Antonio Pires Barbosa, anunciou hoje, quarta-feira (04-05), a criação de uma comissão gestora composta por quatro integrantes para comandar a direção do Hospital e Pronto Socorro de Cuiabá (HPSMC). São eles: o secretário adjunto de assistência da SMS, Euze Carvalho, o secretário municipal Lamartine Godoy, o médico Huark Correia e a ouvidora municipal Adriana

Venturoso.

Segundo o secretário Pires, a medida foi tomada face ao afastamento do diretor do HPSMC, Jair Gimenez Marra para que as investigações do Gaeco transcorram com tranquilidade.

O Gaeco investiga um esquema de vendas de lugares na fila para realização de cirurgias. De acordo com o Dr. Antonio Pires Barbosa, foi instaurada uma sindicância junto à corregedoria da Prefeitura de Cuiabá para apurar as possível irregularidade no setor.

Ontem, o prefeito Chico Galindo anunciou ainda o afastamento dos médicos e servidores denunciados no esquema.

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=361420>

Nacional

Ministro da Saúde descarta reeditar CPMF para financiar área

04/05/2011 - 15h41

Folha Online

O ministro Alexandre Padilha (Saúde) descartou nesta quarta-feira a possibilidade de o governo reeditar a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) para financiar a saúde

Centro Político e Administrativo, Bloco 05 – CPA

CEP: 78.050-970 – Cuiabá/MT

Telefone/Fax: (65) 3613-5341/ 5342

E-mail: sgces@ses.mt.gov.br imprensaces@ses.mt.gov.br

pública do país. Padilha disse que o tema nunca foi discutido pela presidente Dilma Rousseff.

"Virou um Fla x Flu. Eu não entro nesse Fla x Flu. Nunca discutimos a hipótese de reeditar a CPMF para financiar a saúde. Minha função é reforçar e aprimorar os mecanismos de gestão, definir metas entre União, Estados e municípios, até para que os recursos sejam cada vez mais bem investidos", afirmou.

O ministro participou nesta quarta-feira de audiência na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, onde ouviu queixas dos parlamentares sobre o sistema de saúde do país.

Padilha defendeu a decisão do governo federal de implantar cartões do SUS (Sistema Único de Saúde) até 2014 em todos os municípios do país, mesmo sem chips que poderiam facilitar a identificação dos dados dos usuários. Atualmente, pouco mais de mil municípios já adotaram o cartão.

"Fizemos um estudo rigoroso que mostrou que não precisa do chip para o que o cartão serve. Cartão de crédito, vários não têm chip. O próprio número do cartão SUS já é o registro hoje", afirmou.

Segundo o ministro, a economia do ministério por não ter implantado os chips nos cartões do SUS chega a 50 vezes por unidade. "Quando tiramos o chip que não é necessário, fizemos economia de 50 vezes por unidade. O chip era R\$ 5, sem chip a previsão é de R\$ 0,10."

<http://www.odocumento.com.br/materia.php?id=361412>

Cidades/Geral - 05/05/2011 | 11h22m

MT alcançou 486% em crescimento de municípios

Em 50 anos, estado foi o que mais viu cidades surgirem no Centro-Oeste brasileiro

© Reprodução



Cidades surgiram, entre outros motivos, por diferenças culturais e viabilidade econômica

Mato Grosso foi o estado com maior surgimento de municípios da região Centro-Oeste nos últimos 50 anos. No total, o estado aumentou 486%, passando de 29 cidades, em 1960, para 141, em 2010. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado na semana passada.

O crescimento foi o dobro alcançado nos estados vizinhos. Enquanto Goiás passou de 35 para 78 municípios, o que significa 222% de surgimento de novas cidades, Mato Grosso do Sul passou de 146, em 1960, para 246 municípios no ano passado, alcançado 168% de crescimento.

Conforme o economista Vitor Galesso, ao menos três fatores foram determinantes nas cinco décadas avaliadas.

O primeiro seria o próprio tamanho do Estado, que proporcionou um processo intenso de colonização, principalmente na década de 1970, em diversas regiões de Mato Grosso, porém com foco maior no Norte e Noroeste.

O segundo seria a busca de emancipação de atuais cidades mato-grossenses que, sem fonte de renda fixa, foram criadas para ter o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e, a partir dele, iniciarem processo de crescimento econômico.

O último fator seria a diferença cultural. Conforme Galesso, muitos municípios que se incorporavam a outros buscaram sua emancipação por falta de compatibilidade ou mesmo fatores de raízes econômicas.

"Se por um lado alguns lugares surgiram por questão de sobrevivência, outras cidades foram criadas pela diferença cultural. Diamantino, por exemplo, surgiu da busca de diamantes, já Lucas do Rio Verde, região próxima, surgiu de um processo de colonização de pessoas vindas do Sul do país", avaliou.

Estagnação

Ainda que o surgimento de novos municípios em Mato Grosso seja uma linha ascendente, quando analisado década à década, o economista Vitor Galesso afirma que é preciso cuidado em previsões para o futuro.

Conforme dados do IBGE, em 1970 eram 34 cidades, em 1980 o número subiu para 55, em 1990 eram 95 e, na década de 2000 Mato Grosso alcançou 126 municípios.

"É natural que com o tempo caia o surgimento de novas cidades. Mato Grosso deve passar por uma queda grande em relação a isso. Embora alguns distritos estejam atualmente se viabilizando no sentido de se tornarem cidades, com certeza o volume cairá porque agora existem núcleos urbanos mais organizados e mais bem formados", disse.

Extinção

A respeito da possibilidade da extinção de alguns municípios em Mato Grosso, o economista refutou a possibilidade. Para Galesso, a regra é mais de crescimento do que de retrocesso.

"Existe a possibilidade de acontecer, mas eu acho que o Estado tem muita coisa que crescer em termos produtivos. Dificilmente essa situação deva acontecer".

Um dos motivos principais da não extinção, de acordo com o economista, é a evolução no processo de renda, com programas do Governo Federal como o Fome Zero, ou outros estaduais, que fazem com que o valor obtido pelos mais carentes movimente o mercado local.

"Há uma tendência que os pequenos negócios e a apropriação de bens por parte da população mantenham os municípios, mesmo os pequenos, crescentes economicamente nos próximos anos", disse.

O que pode ocorrer ainda, segundo Galesso, é que alguns locais passem por subdivisão, devido diferenças que já fizeram outras cidades surgirem.

"Áreas muito grandes, ao Norte e Noroeste podem ser subdivididos. Já a região sul, na Baixada Cuiabana, não deve sofrer grandes modificações nos próximos anos".

Por: Isa Sousa
Fonte: Mídia News

<http://www.reporternews.com.br/noticia.php?cod=322063>

INVESTIGAÇÃO

Diretor afastado do PSMC diz que havia denunciado

Jair Marra alega ter procurado MPE em abril para prestar queixa



CAROLINA
Da

HOLLAND
Reportagem

O diretor-geral do Hospital e Pronto-Socorro de Cuiabá, Jair Gimenez Marra, afastado do cargo por suspeita de ter sido conivente com o suposto esquema de “venda” de lugar na fila da espera para cirurgias ortopédicas da unidade, negou ter conhecimento dos crimes. Porém, disse que informou caso semelhante ao Grupo de Atuação e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em abril.

O Ministério Público do Estado denunciou esta semana dois médicos, três técnicos em ortopedia e um instrumentador cirúrgico por estarem envolvidos na prática e afirma que a Direção Geral do Pronto-Socorro nada fez para impedir a ação dos profissionais. “Se eu tivesse conhecimento do esquema, teria abortado essa ação. Havia rumores sim, mas nunca confirmados. E outra coisa, não teria porque eu ser conivente, não havia benefício nenhum pra mim”, disse Marra.

No entanto, mesmo negando que soubesse de algo, o diretor citou um caso de um funcionário que estaria tentando cobrar propina dos pacientes em troca de maior rapidez para a realização de procedimentos cirúrgicos. “Nós informamos ao Gaeco em abril que havia a suspeita de que um servidor estava aliciando pacientes para tentar negociar valores de cirurgias”, informou. No entanto, não consta o nome do funcionário na denúncia do MPE.

A gerente de Internação, Transferência e Alta, Mariana Penha Rosa, também foi afastada do cargo sob a suspeita de ter feito vistas grossas quanto à alteração da ordem dos pacientes na fila de espera por cirurgia. O afastamento, no entanto é considerado injusto por Marra. “Alguém tem que ser culpado. Se ela é suspeita, vai ser investigada. Mas o fato é que a responsabilidade pelo controle da fila da cirurgia ortopédica não é dela”. Conforme o diretor, o setor responsável é o de Gerência de Ortopedia do Pronto-Socorro, cujo gerente é o médico Marcos Gabriel. A reportagem tentou contato com ele via assessoria de imprensa da Saúde, mas sem sucesso.

A superlotação do Pronto-Socorro e os baixos valores pagos pela tabela do SUS não justificam os crimes, mas facilitam os desvios dos médicos, na opinião do diretor afastado. De acordo com Marra, até setembro do ano passado, os médicos do PS realizavam média mensal de 70 cirurgias ortopédicas. De outubro a março, o número subiu para média de 150 procedimentos ao mês.



Ministério Público disse que direção da unidade foi conivente com esquema. Comissão começa a apurar

Desde ontem, o PSMC está sob o comando de uma comissão composta pelo secretário-adjunto da Secretaria de Saúde, Euze Carvalho, o secretário de Governo Lamartine Godoy, o médico Huark Correia e a ouvidora municipal do SUS Adriana Venturoso. Uma sindicância junto à Corregedoria da Procuradoria Geral do Município foi instaurada para apurar as denúncias.

A reportagem também tentou contato com o secretário de Saúde, Antônio Pires Barbosa, para comentar as informações repassadas pelo diretor afastado, mas a assessoria informou que estava em reunião.

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=392189>

Paciente do PSMC cai da maca e acaba morrendo

ADILSON ROSA

Da Reportagem

A polícia investiga a morte de Herculano Sabino de Oliveira, de 51 anos, que morreu anteontem à noite, após cair de uma maca no Pronto-Socorro de Cuiabá (PSC), onde estava internado desde o início da manhã. A família da vítima acusa o PSC de negligência, mas o laudo de necropsia aponta que a morte, no entanto, foi provocada por um acidente vascular cerebral (AVC). Ele estava inconsciente e acabou caindo da maca.

O enteado de Herculano esteve na Delegacia do Complexo do Planalto para registrar queixa, pois estava inconformado. Segundo ele, o estado em que encontrou o corredor do pronto-socorro era lamentável e não tinha como descrevê-lo. Ele acredita que a falta de atenção dos funcionários fez com que o padrao caísse da maca.

Conforme técnicos em necropsia, ainda não é possível saber se a queda da maca contribuiu ou não para a morte. A vítima, que morava no bairro Novo Horizonte, estava em sua casa e foi levada de manhã para a policlínica do Planalto. Herculano sentia paralisia em um dos braços e parte do corpo.

De lá, foi levado inconsciente para o PSC e começou a ter agitação ainda na maca, de onde caiu. Ele morreu por volta das 19h30. O laudo de necropsia aponta hemorragia intracerebral como causa da morte.

A família, no entanto acredita que, caso Herculano não tivesse caído da maca, teria sobrevivido. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=392190>

SAÚDE

05 de Maio de 2011 - 11:50

Notificações de dengue são maiores em Sinop e Cuiabá, afirma Estado

Fonte: *Só Notícias/Karoline Kuhn*

Dos 5.730 casos suspeitos de dengue entre janeiro até ontem, em Mato Grosso, os maiores índices continuam em Sinop (901) e Cuiabá (897), segundo o novo balanço da Secretaria Estadual de Saúde divulgado hoje. Os números são inferiores quando comparados ao mesmo período do ano passado. Na ocasião, o Estado somava 37.776 notificações, sendo 3,5 mil na capital e 2,7 mil em Sinop.

Com mais registros de suspeitas, neste ano, estão também Várzea Grande (185) e, Rondonópolis (204). Conforme o novo balanço, cinco mortes foram registradas por dengue, destas, quatro confirmadas (General Carneiro, Pedra Preta, Colíder e Torixoréu) e uma em Cuiabá, sob investigação.

Mato Grosso ainda não registrou a presença do novo sorotipo da doença, o DEN 4, que já circula em outros Estados. No entanto, de acordo com o superintendente de vigilância em Saúde, Oberdan Lira, a secretaria mantém o alerta no monitoramento da doença.

<http://www.sonoticias.com.br/noticias/11/126085/notificacoes-de-dengue-sao-maiores-em-sinop-e-cuiaba-afirma-estado>

Vídeos revelam calamidade no PS; veja na íntegra

Escrito por RAFAEL COSTA / Mídia News

Qua, 04 de Maio de 2011 17:18

Chuva provoca efeitos devastadores prejudicando médicos e pacientes

CRM



Precariedade na estrutura do Pronto Socorro leva a atendimento sub-humano de pacientes

Quatro vídeos postados no site **Youtube** pelo Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindmed) revelam a precariedade na estrutura do Pronto Socorro de Cuiabá.

As cenas gravadas no mês de abril e disponibilizadas no dia 16 do mesmo mês expõem um quadro onde pacientes e profissionais são submetidos a condições precárias nas quais o efeito da chuva é suficiente para provocar uma devassa.

Um dos vídeos com duração de nove minutos expõe a inundação de corredores e enfermaria como consequência dos efeitos de uma forte chuva. Em macas, pacientes aguardam atendimento médico e outros recebem soro. Para evitar mais transtornos, funcionários do Pronto Socorro se unem equipados com rodos para tirar o excesso de água.

Revoltado, um paciente de prenome Ademar reclama do mau cheiro. "Ninguém suporta, é melhor jogar uma bomba para demolir este prédio. Isso é um absurdo, uma vergonha". Em outra cena, aparece o banheiro visivelmente sujo com restos de fezes espalhadas na tampa e com problemas na descarga...

No espaço reservado ao repouso da UTI Neo Natal, foi registrado problemas de infiltração com água escorrendo na parede e fungos originados pela umidade do ambiente. A pia que serve para os profissionais lavarem as mãos antes de qualquer procedimento está entupida, o que leva ao acúmulo de sujeira. A situação é agravada

com parte do teto que estava solta.

Outro lado

A assessoria de imprensa do Pronto Socorro de Cuiabá informou que não poderia se manifestar porque em momento algum o Sindimed encaminhou esses vídeos à direção do Pronto Socorro.

Por outro lado, a assessoria de imprensa do Sindmed confirmou as gravações e afirmou que se trata de uma maneira encontrada para divulgar as péssimas condições de trabalho que são submetidas.

http://www.aguaboanews.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15757:videos-revelam-calamidade-no-ps-veja-na-integra&catid=18:sa&Itemid=30